

Local

Entre 1920 e 1921, os pescadores da Póvoa de Varzim radicados no Brasil rejeitaram a lei que os obrigava a naturalizar-se para continuarem a trabalhar ali. Regressaram pobres a Portugal, que os acolheu como patriotas



Emigração

Há cem anos os poveiros disseram não ao Brasil

Abel Coentrão

O que têm em comum a pequena praça / jardim João do Rio, à Almirante Reis, em Lisboa, e a Praça dos Poveiros, no Porto? A resposta podemos encontrá-la um pouco mais a norte, na Póvoa de Varzim, na Avenida do Repatriamento dos Poveiros: outra homenagem toponímica ao mesmo episódio histórico ocorrido entre os últimos meses de 1920 e o arranque de 1921. Por esses dias, dos transatlânticos que ligavam o Brasil a Portugal, desembarcavam centenas e centenas de pescadores poveiros, ex-emigrantes despojados de quase tudo menos de um estranho e singular sentimento patriótico que os levava a recusar perder a nacionalidade portuguesa e a tornarem-se brasileiros, como passou a ser exigido a quem quisesse continuar a ter barco e a pescar em terras de Vera Cruz.

Em frente ao posto de desinfecção do Porto de Lisboa, ao centro de uma fila de homens que olha, maioritaria-

mente, o fotógrafo, um pescador de estatura baixa, moreno como todos, de bigode e boina basca, como quase todos, olha em frente, ignorando a câmara. De socos nos pés, saco de lona com tudo o que tem na mão, aquele poveiro parece enfrentar o momento da chegada com a mesma altivez com que, no Brasil, esta numerosa e bem conhecida comunidade de pescadores decidiu enfrentar, nos anos anteriores, a perspectiva de nacionalização da pesca que, com a lei publicada a 12 de Outubro de 1920, obrigaria quem quisesse continuar a pescar a tornar-se brasileiro.

Manifestações de apoio à chegada a Lisboa e Porto

Outras comunidades de pescadores, como os espanhóis, japoneses e italianos, submeteram-se à nova ordem mas, entre os portugueses, os poveiros recusaram. Com as consequências que a imagem resume, e das quais a imprensa da época, em Portugal e no Brasil, fez eco, explica ao PÚBLICO o investigador Jorge Fernandes Alves,

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA



comunidades de poveiros vinham sendo alimentadas desde o século XIX, ano após ano, por levadas sucessivas de centenas de homens – e muito poucas mulheres – que ali procuravam uma alternativa às miseráveis condições da pesca na sua terra de origem. Onde se debatiam, inclusivamente, com a pressão do turismo balnear, que lhes roubava espaços nos areais e tornava a Póvoa de Varzim, uma das praias mais famosas do Norte, um sítio onde arranjar casa estava fora do alcance da maioria destas famílias.

No Brasil, tal como noutras actividades dominadas por comunidades migrantes, os poveiros gostavam de trabalhar com poveiros, e só no século XX, entre 1901 e 1920, mais de 5300 homens atravessaram o oceano, a maioria deles para pescar. Jorge Alves explica que havia a tradição, na Póvoa, de ir trabalhar três a cinco anos para o lado de lá do Atlântico, na perspectiva de arranjar dinheiro para, no regresso a Portugal, comprar um barco. Mas muitos ficavam anos e décadas, tendo alguns, mesmo sem a nacionalidade brasileira, combatido pelo Brasil na guerra contra o Paraguai, no final dos anos 60 do século XIX.

A lusofobia no Brasil

Esse serviço à pátria que os acolhera chegou a ser usado como argumento demonstrativo da injustiça que a nova lei lhes fazia, mas de nada lhes serviu. Ainda na ressaca da Convenção de Haia de 1882, que “regulava o direito de defesa económica e militar das águas territoriais de cada país”, a questão do controlo do Estado sobre a pesca, e a necessidade de fazer dos pescadores uma base de recrutamento para a Marinha tornara-se mais evidente após a instauração do regime republicano no Brasil, em 1889. Como forma, também, de puxar a própria Marinha – conotada com a monarquia – para o novo regime.

Com essa transição de regime, a jovem República sul-americana passara também a ter como inspiração os EUA, e a olhar com um certo desprezo a colonização portuguesa (por cá ainda reinavam os Branquelas) e o domínio que os portugueses tinham nalguns sectores, como o comércio, mais até do que a pesca. Alimentava-se, nesses tempos de nacionalismos crescentes, na sociedade brasileira, um sentimento nativista, e lusófono, como contextualiza Jorge Fernandes Alves. Um sentimento exacerbado nos momentos de crise económica, em que surgiam sempre vozes contra o controlo do fornecimento de bens alimentares por estrangeiros.

Mas a questão da reorganização das pescas demorou a consolidar-se, e só a 4 de Maio de 1915 é que o sector passa, efectivamente, a ser tutelado

pela Marinha. O espectro da nacionalização volta a ganhar força e, nesse mesmo ano, a 15 de Agosto (o feriado da Senhora da Assunção, padroeira da classe, na Póvoa), é criada no Rio a Associação Marítima dos Poveiros, liderada por alguns dos principais arrais instalados na região. No acto de fundação, o cônsul português assinava que só na Baía de Guanabara seriam deles cem lanchas, tripuladas por dois mil homens. Metade destes estavam já inscritos nesta nova organização, que, fechada a marítimos oriundos de outras proveniências – e a brasileiros, desde logo –, desafiava as orientações do Governo.



João do Rio na foto em baixo, foi um acérrimo defensor dos poveiros, nesta questão que ficou imortalizada na fotografia ao lado, da colecção Ferreira da Cunha, do Arquivo Municipal de Lisboa, que fixa a “Recepção dos poveiros recém-chegados do Brasil, frente ao posto de desinfecção, no porto de Lisboa (Nov 1920)”. Em cima, os estatutos da Associação Marítima dos Poveiros, de 1915



Temos assim uma comunidade a cerrar fileiras sobre si própria numa fase em que o processo de nacionalização ganha força graças a um homem, o oficial da marinha Frederico Villar, que fez do controlo desta actividade a missão da sua vida. Ao longo da segunda metade desta década, este descendente de portugueses levou a cabo várias missões militares pela costa, na tentativa de impor uma nova ordem e reorganizar as colónias de pescadores, nas quais grassava a informalidade própria de uma pesca artesanal. Sob a capa de uma vontade de modernização, estes esforços escondiam também o rearranjo de uma importante cadeia de abastecimento, e a sua entrega a grandes agentes económicos, explica ao PÚBLICO Jorge Fernandes Alves.

Frederico Villar contra o jornalista João do Rio

Villar teve nas pescas, no Brasil, até meados do século, um papel comparável ao que Henrique Tenreiro viria a ter entre nós no Estado Novo. Tal como o homem forte do sector em Portugal, foi alargando, ano após ano, o seu poder. E em 1920, a dias de ser decretada a nacionalização no Estado do Rio de Janeiro, nem se coibiu de, com outros oficiais, agredir fisicamente uma das vozes mais conceituadas do jornalismo e da literatura brasileira de então, Paulo Barreto, que, sob o pseudónimo João do Rio, vinha defendendo, no seu jornal, *A Pátria*, estes portugueses.

“A medida que se pretende tomar repugna aos sentimentos da nação, em cujo conceito o português está acima de qualquer suspeita e não merece senão a grata cordialidade dos brasileiros com que se confunde, na paz e na guerra”, escrevia em Outubro de 1920 esta figura seminal do jornalismo profissional do Brasil, exímio repórter e cronista e membro da Academia Brasileira de Letras. Barreto era ainda, para o que mais importa neste artigo, um defensor acérrimo da aproximação entre o Brasil e Portugal, um designio que o levava a fundar em 1915, com o português João de Barros, a revista *Atlântida*.

O papel do autor de *A Alma Encantadora das Ruas* foi reconhecido pelos pescadores poveiros, que tinham pouca voz na imprensa do Rio. À chegada a Lisboa, a imprensa portuguesa descreve que, entre os poucos haveres que traziam, muitos guardavam cuidadosamente exemplares do jornal *A Pátria*. O reconhecimento dos esforços do intelectual brasileiro, que morreria em 1921, com 39 anos apenas, haveria de perdurar. Póvoa de Varzim consagrou-lhe a Rua Paulo Barreto e, em Lisboa, na Avenida Almirante Reis, uma pequena praça / jardim recorda João do Rio pela sua defesa da amizade luso-brasileira.

Destino: África... e de novo o Brasil

A chegada a Lisboa no paquete *Samara*, no final de Outubro de 1920, 270 poveiros foram tratados como heróis pelo povo que os aguardava, e tiveram direito a um espectáculo no Coliseu. Arranjou-se-lhes guarida graças, entre outros, ao empenho do movimento Ressurgimento Nacional, no qual se destacava o poveiro Manuel Gomes dos Santos e o seu amigo e também estudante de Direito, José Rodrigues Miguéis, que haveria de retratar estes dias numas das suas obras, enquanto escritor.

Tal como tinha acontecido em 1892, aquando do naufrágio de várias lanchas que matara 105 pescadores, a maioria deles poveiros, a imprensa e a população voltavam atenções e as suas esmolas para esta gente rude, pobre, mas trabalhadora. Homens, quase todos analfabetos, alcandorados, com este episódio, ao pódio dos patriotas num país que saíra mal da Grande Guerra e ainda curava as feridas do Sidonismo, em plena Nova República Velha.

Certo é que, terminadas as manifestações e recepções oficiais, centenas de famílias viram-se a braços com a dificuldade de retomar a vida na terra onde tinham nascido. Manuel Fernando Maria Souto recorda, num artigo sobre o papel de Gomes dos Santos na recepção aos repatriados, palavras de Vasques Calafate que descrevem bem a situação. “Vendo-os passar aqui junto a mim, a esses aventureiros lobos do mar (...), pobres e famintos, no olhar aquela amargura de toda uma raça abatida, em seguida ao seu último arranco quixotesco, eu julgo ver a própria imagem da pátria subindo desfalecida a encosta do seu calvário”.

Num primeiro momento, e ainda em 1920, o Estado português diligenciou vagas na pesca em Porto Alexandre (Angola) e Lourenço Marques (Moçambique). As primeiras dezenas de pescadores que para ali se deslocam acabam por chamar outros, constituindo por lá importantes “colónias” poveiras, até à descolonização. Mas o Brasil nunca deixou de estar no seu horizonte. Se 1921 foi um ano com uma quebra abrupta na travessia do Atlântico, nos anos seguintes, resolvida a questão, diplomaticamente, o movimento foi sendo retomado, como o demonstram os muitos descendentes que lá ficaram.